

Justiça Federal - Seção Judiciária de Minas Gerais

Nível 4 - Pasta/Processo

1. Área de identificação

Código de referência	JFMG PF PPF 0008
Título	Processo Crime de conspiração contra a republica
Data(s)	1895-06-03 - 1895-07-10 (Produção)
Nível de descrição	Pasta/Processo
Dimensão e suporte	1 volume(s); 1 pasta(s); 3 item(ns) documental(is); 30 folha(s); suporte(s) papel.

2. Área de contextualização

Nome(s) do(s) produto(res)	Justiça Federal (autor)
Nome(s) do(s) produto(res)	Santos, Claudino Rogoberto Ferreira dos (réu)

História arquivística

O documento foi anteriormente referenciado em listagens sumárias nos anos de 1997 e 2015. Códigos de localização anteriores: [3305] (1997), [00.00100091-9] (2015).

3. Área de conteúdo e estrutura

Âmbito e conteúdo

Traslado de Processo Judicial de crime de conspiração contra a República, autuado em Curitiba a 29/09/1894, por ter o réu colaborado ativamente no jornal local A Federação (órgão oficial dos revoltosos), através da redação de artigos sediciosos - das revistas nº 2, 22, 26, 38 e 52 - pregando revolta contra autoridades constituídas da Nação - poder executivo; e também por ter o réu aceitado o cargo no Governo Revolucionário, em Curitiba, de superintendente geral do ensino público. O processo foi despachado ao juízo de Minas Gerais, onde o réu constituiu advogado e entrou com recurso para envio do processo ao Supremo Tribunal Federal, e para se defender de crime político. O juiz da seccional mineira, apesar de não aceitar o recurso pelos motivos apresentados pelo réu, aceitou o recurso requerendo o envio ao Supremo por ser "matéria especial e complicada", se considerando também inabilitado para julgar o processo em função da Revolução Federalista em Minas Gerais, entendendo ser São Paulo o melhor lugar para julgamento do processo e deixando decisão a cargo do STF. Documentos que compõem o processo: 0008-01 Capa de autuação; 0008-02 Traslado (denúncia, depoimentos de testemunhas, recurso do autor, decisão do juiz enviando processo ao STF); 0008-03 Certificado de remessa de ofício ao Supremo Tribunal Federal.

4. Área de condições de acesso e uso

Idioma

Português; latim.

6. Área de notas

Notas sobre conservação	Bom. Todas as folhas com amarelecimento e craquelamento; a folha correspondente ao documento 0008-01 e 0008-03 (contra capa) apresentam perda de suporte (margens), rasgos, manchas, sujidade e furos .
Notas gerais	Traslado. Complemento do conteúdo: No processo o réu foi denunciado por Crime de Conspiração, presente no artigo 115, §4º, fl.2, verso, do Código Penal de 1890. Processo pertencente a Curitiba que foi enviado para Minas Gerais por força do artigo 93, da Lei 261 de 03/12/1841, e aviso da Justiça n.290, de 20/02/1895. Período da Revolução Federalista (1893-1895). Ao final do processo há uma folha em branco (contra capa do processo - 0008-03).

7. Área de controle da descrição

Nota do arquivista Samira (descrição); Tandresse Souza (revisão); Flávia Valença (revisão);

Data(s) da(s) descrição(ões) Descrição: 17/11/2022; revisão: 18/11/2022; revisão: 14/03/2023.

8. Área de pontos de acesso e indexação de assuntos

Pontos de acesso (temáticos) Crime de conspiração; crime político; processo criminal; revolução federalista; traslado.

Pontos de acesso (onomásticos) Franco, Afrânio de Mello (procurador seccional); Cerqueira, Eduardo E. da Gama (juiz sentenciante); Bittencourt, Damaso Corrêa (escrivão - juízo Federal da Seção do Paraná); Lima, José da Costa (escrivão interino - juízo seccional de Minas Gerais); Salles, Henrique de Magalhães (advogado do réu).

Pontos de acesso (geográficos) Curitiba (PR); Ouro Preto (MG) | Local de produção; Rio de Janeiro (RJ).